



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Alto Paranaíba - Núcleo de Apoio Regional de Patrocínio

Parecer nº 180/IEF/NAR PATROCINIO/2025

PROCESSO Nº 2100.01.0010703/2025-79

## PARECER TÉCNICO UNIFICADO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Enilcy de Carvalho Campos CPF/CNPJ: 566.412.146-72

Endereço: Avenida Dona Clara, nº 126 Bairro: Centro

Município: Monte Carmelo UF: MG CEP: 38.500-000

Telefone: (034) 3419-0036 E-mail: consagconsultoria@gmail.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para item 3 ( ) Não, ir para item 2

### 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: Enilcy de Carvalho Campos CPF/CNPJ: 566.412.146-72

Endereço: Avenida Dona Clara, nº 126 Bairro: Centro

Município: Monte Carmelo UF: MG CEP: 38.500-000

Telefone: (034) 3419-0036 E-mail: consagconsultoria@gmail.com

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Castelhana Área Total (ha): 158,0390

Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 41.811 Município/UF: Monte Carmelo/MG

Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3143104-0FAC.B4F4.0E12.4DF0.B619.E657.511C.45AE

### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão da Cobertura Vegetal Nativa, para uso alternativo do solo	25,5400	ha

### 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)
			X Y

Supressão da Cobertura Vegetal Nativa, para uso alternativo do solo	25,5400	ha	245.000	7.921.000
---	---------	----	---------	-----------

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

	Especificação	Área (ha)
Agricultura	Ampliação de empreendimento	25,54

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Cerrado Restrito	Sentido -	25,54

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha Floresta Nativa	USO NA PROPRIEDADE	1.138,2837	m <sup>3</sup>

### 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 03/04/2025

Data da vistoria: 27/06/2025

Data de emissão do parecer técnico: 19/08/2025

### 2. OBJETIVO

É objeto deste processo analisar o requerimento para a supressão de vegetação nativa em uma área de 25,54 hectares.

É pretendido com a intervenção liberar a área para dar início à atividade agrícola.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

#### 3.1 Imóvel rural:

O imóvel denominado Fazenda Castelhana, possui área matriculada de 158,0390 hectares, situa-se no Município de Monte Carmelo - MG, pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

O bioma em que a propriedade está inserida é o CERRADO.

#### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3143104-0FAC.B4F4.0E12.4DF0.B619.E657.511C.45AE

- Área total: 158,0392 ha [área total indicada no CAR]

- Área de reserva legal: 33,0017 ha [área de RL indicada no CAR]

- Área de preservação permanente: 15,9781 ha [área de APP indicada no CAR]

- Área de uso antrópico consolidado: 78,5400 ha [área de uso consolidado indicada no CAR]

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

(X) A área está preservada: 33,0017 ha

( ) A área está em recuperação

( ) A área deverá ser recuperada

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR (X) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento: 41.811

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Parecer sobre o CAR:

As áreas de reserva legal estão devidamente declaradas no CAR: MG-3143104-0FAC.B4F4.0E12.4DF0.B619.E657.511C.45AE com área de 33,0017 ha apresentada em 13 glebas com fitofisionomia de Campo Cerrado a Cerrado Sentido Restrito.

As áreas destinadas a composição de Reserva Legal estão em bom estado de conservação apta a promover a conservação da biodiversidade, protegendo habitats naturais e proporcionar serviços ecossistêmicos, como a manutenção da qualidade da água, regulação do clima local, conservação do solo e preservação da fauna e flora. Além disso, a reserva legal contribui para a conectividade entre os fragmentos de vegetação nativa, permitindo a movimentação de espécies e a manutenção dos processos ecológicos. Ela também desempenha um papel importante na mitigação das mudanças climáticas, atuando como um sumidouro de carbono, absorvendo e armazenando o carbono da atmosfera.

#### **4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

Requer o empreendedor a supressão de vegetação nativa em uma área de 25,54 hectares.

Taxa de Expediente: Valor R\$ 829,25 (Oitocentos e Vinte e Nove Reais e Vinte e Cinco Centavos), DAE nº 1401351092588 / Valor R\$ 0,40 (Quarenta Centavos), DAE nº 1401351803336.

Taxa Florestal: Valor R\$ 8.814,19 (Oito Mil Oitocentos e Quatorze Reais e Dezenove Centavos), DAE nº 2901351092772.

Ressalta-se que as Taxas de Expediente e Florestal e Reserva Legal que são apresentados para a formalização do processo são de responsabilidade do Auxiliar Administrativo realizar a conferência dos valores apresentados, e portanto procedeu-se a mera informação neste parecer.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23135991.

A vegetação que será suprimida trata-se de indivíduos característicos de Cerrado Sentido Restrito com rendimento lenhoso de 1.138,2837 m³ que fora declarados nesse processo, conforme requerimento e ofício anexo.

O rendimento declarado neste parecer fora apresentado no Relatório de Inventário Florestal, documento 110600806 e de responsabilidade da profissional: Jordana Stein Rabelo, CREA: 250778MG Nº ART: MG20253645986.

Área requerida encontra-se recoberta com fitofisionomia de Campo Cerrado e Cerrado Sentido Restrito, saliento que tais fisionomias são passíveis de intervenção.

Foi apresentado no processo o Projeto de Reconstituição da Flora das Áreas de Preservação Permanente Antropizadas, documento 119491589 e o Censo Florestal das Espécies Imunes ao Corte, documento 119491587, ambos de responsabilidade da profissional : Jordana Stein Rabelo, CREA: 250778MG.

##### **4.1 Das eventuais restrições ambientais:**

Após consulta do polígono de intervenção à ferramenta de auxílio de tomada de decisão, (IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>), verifiquei que a área requerida não possui impedimentos que inviabilizem a autorização da intervenção.

- Vulnerabilidade natural: Variando entre Baixa e Muito baixa (consulta ao polígono de intervenção)

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa (consulta ao polígono de intervenção)

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: A área de intervenção do imóvel não está inserida em área de prioridade de conservação especial/extrema, segundo estudos da Fundação Biodiversitas.

- Unidade de conservação: não se aplica

- Áreas indígenas ou quilombolas: não se aplica

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006] não se aplica.

#### **4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

- Atividades desenvolvidas: G-01-03-1Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Atividades licenciadas: G-01-03-1Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Modalidade de licenciamento: Não passível

- Número do documento: Chave de Acesso: AE-C2-E8-2D.

#### **4.3 Vistoria realizada:**

A vistoria técnica foi realizada "in loco" no dia 27/06/2025. A área de reserva legal foi objeto de retificação a pouco tempo pelo analista ambiental do IEF Edimar Antônio da Silva e encontra-se preservada e de acordo com a legislação vigente.

Durante a vistoria pude conferir o inventário florestal que retrata a realidade do documento apresentado no processo.

A fitofisionomia observada em campo é caracterizada como sendo Cerrado com espécies características sendo elas: Jacarandá, Carne de Vaca, Óleo, Jatobá, Pau Terra, Embaúba, entre outras.

Existe na área espécies protegidas por lei (Ipê Amarelo) e foi solicitado um censo florestal das mesmas para eventual apuração, se necessário.

A área é plana e o solo do tipo latossolo vermelho amarelo.

Não identifiquei no imóvel, áreas subutilizadas.

##### **4.3.1 Características físicas:**

- Topografia: Suave ondulado a plano;

- Solo: Latossolo vermelho amarelo;

- Hidrografia: O imóvel pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, banhado pelo Rio Perdizes e seus afluentes.

##### **4.3.2 Características biológicas:**

- Vegetação: O Bioma é o Cerrado e as fitofisionomias presentes no interior do imóvel se caracterizam por: Campo Cerrado e Cerrado Sentido Restrito.

- Fauna: Avifauna, Mastofauna e Herpetofauna. Predominantemente répteis, pequenos mamíferos e roedores, além de aves de pequeno a médio porte.

#### **5. ANÁLISE TÉCNICA**

Trata-se de processo de requerimento para a supressão da vegetação nativa.

Todos os pagamentos estão devidamente protocolados nesse PA.

A área está sendo preparada para dar início à atividade agrícola.

A área de reserva legal presente no interior do imóvel encontram-se em bom estado de conservação.

Foi apresentado o Censo Florestal das Espécies Imunes ao Corte e o Reconstituição da Flora das Áreas de Preservação Permanente Antropizadas.

##### **5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:**

- Proteção das áreas de reserva legal cobertas com vegetação nativa existentes no entorno da atividade.

- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

Processo Administrativo nº: 2100.01.0010703/2025-79

Requerente: ENILCY DE CARVALHO CAMPOS

Referência: Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo

### I. Relatório:

1 - Trata-se o processo administrativo ora sob análise de requerimento de **SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA em 25,5400 hectares** no imóvel rural denominado “Fazenda Castelhana”, localizado no município de Monte Carmelo, matrícula nº 41.811, possuindo área total de 158,0390 hectares, fatos esses que, de acordo com a gestora do processo, foram devidamente verificados na vistoria realizada no local.

2 - Segundo o Parecer Técnico, a propriedade possui **33,0017 hectares de reserva legal**, declarada no CAR e aprovada pela técnica vistoriadora, que se encontra em bom estado de conservação e com quantidade acima do percentual mínimo legal de 20%.

3 - A justificativa da intervenção é a implantação da atividade de agricultura, de acordo com o Parecer Técnico. Importante destacar a regularidade ambiental do empreendimento, nos moldes da DN/COPAM nº 217/2017, sendo, portanto, considerada **não passível** de licenciamento ou licenciamento ambiental simplificado pelo órgão ambiental competente, de acordo com a Certidão de Dispensa apresentada.

4 - Importante ressaltar que as informações apresentadas são de inteira responsabilidade da empreendedora e/ou de sua representante legal.

É o breve relatório.

### II. Análise Jurídica:

5 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, o requerimento de intervenção ora sob análise é **passível de DEFERIMENTO**, conforme restará demonstrado adiante.

6 - No que tange ao pedido de supressão de vegetação nativa, prevê o **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019** que:

*Art. 3º - São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:*

*I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;*

7 - Desta feita, tem-se que o presente pedido de autorização para intervenção ambiental encontra respaldo no **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, tendo sido cumpridas todas as exigências legais e administrativas necessárias à sua análise, merecendo destaque que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal e outras).

8 - Impende ser ressaltado que caso existam indivíduos no local da intervenção que porventura possuam proteção especial prevista em lei só poderão ser suprimidos se atendidos os requisitos constantes do **art. 26 do Decreto Estadual nº 47.749/2019**.

### III. Conclusão:

9 - Ante o exposto, considerando que o processo está devidamente instruído e com respaldo no Parecer Técnico, bem como ante o disposto no **art. 26 da Lei Federal nº 12.651/2012 e art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, do ponto de vista jurídico, **opina FAVORAVELMENTE à SUPRESSÃO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA em 25,5400 ha**, nos moldes requeridos e aprovados tecnicamente, devendo a proprietária, contudo, promover o integral cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias estabelecidas no Parecer Técnico, caso existam, sob pena das sanções legais, e desde que a propriedade não possua área abandonada (art. 68 da Lei Estadual nº 20.922/2013).

10 - Importante destacar que, de acordo com o **art. 38, § Único, inciso I do Decreto nº 47.892/2020**, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional da URFBio Alto Paranaíba.

11 - Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, conforme **art. 7º do Decreto Estadual nº 47.749/2019**.

**Fica registrado que o presente controle processual restringiu-se à análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada.**

#### Observações:

*As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.*

*O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.*

### 7. CONCLUSÃO

1. Considerando que todas as medidas necessárias para o requerimento da intervenção foram cumpridas;
2. Considerando que a reserva legal do imóvel encontra-se preservada e o mesmo encontra-se inscrito no CAR – Cadastro Ambiental Rural;
3. Considerando que serão adotadas todas as medidas necessárias a minimização dos impactos ambientais;
4. Considerando que o solo não ficará exposto e susceptível a formação de processos erosivos;
5. Considerando que serão adotadas práticas de conservação de solo e água;
6. Considerando que as espécies imunes de corte não serão suprimidas;
7. Considerando que será aplicado o projeto de reconstituição de flora das áreas de proteção permanente antropizadas;

Me posiciono **favorável** ao requerimento para a supressão da vegetação nativa em 25,54 hectares na Fazenda Castelhana, cujo requerente é Enilcy de Carvalho Campos.

Esta autorização não prevê intervenções em Áreas de Preservação Permanente ou em Reservas Legais, portanto, **QUAISQUER INDIVÍDUOS REQUERIDOS NO INTERIOR DE TAIS ÁREAS ESTÃO INDEFERIDOS.**

Todos os indivíduos apresentados no Censo Florestal das Espécies Imunes ao Corte, documento 119491587, **ESTÃO INDEFERIDOS.**

### 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Não se aplica.

### 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

Recolhimento à conta de arrecadação de reposição florestal.

Valor de R\$ 37.775,08 (Trinta e Sete Mil Reais e Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Oito Centavos) - a recolher.

## 10. CONDICIONANTES

Execução do Projeto de Reconstituição da Flora das áreas de preservação permanente antropizadas, bem como apresentação de relatório anuais do estágio da recuperação, preferencialmente nos meses de fevereiro/março durante 3 anos.

Fica indeferido o corte dos Ipês Amarelos e permanecerão na área 28 indivíduos desta espécie, conforme censo florestal apresentado ao processo.

Acompanhamento de Profissional Técnico habilitado durante a intervenção ambiental autorizadas, evitando que quaisquer indivíduos presentes na lista de espécies ameaçadas ou imunes de corte sejam suprimidas.

Isolar com cerca de arame liso a área de APP a ser recuperada e comprovar o isolamento no prazo de 60 dias após a emissão da autorização.

## INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

## RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Marcos de Siqueira Nacif Junior

Masp: 1250587-1

Nome: Paola de Castro e Freitas

Masp: 1501783-3

## RESPONSÁVEL PELO CONTROLE PROCESSUAL

Nome: Andrei Rodrigues Pereira Machado

Masp: 1368646-4



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Rodrigues Pereira Machado, Coordenador**, em 08/09/2025, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paola de Castro e Freitas, Gerente**, em 09/09/2025, às 08:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos de Siqueira Nacif Junior, Gerente**, em 19/09/2025, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **121818994** e o código CRC **5F2B1F50**.